



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**MARIA SOLANGE DE FIGUEIREDO**

**OS USOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO SERVIÇO DE SOM “A VOZ DA  
PREFEITURA DE AROEIRAS” NA GESTÃO DO PREFEITO SEBASTIÃO SOUTO  
MAIOR (1955-1959)**

**CAMPINA GRANDE  
2017**

**MARIA SOLANGE DE FIGUEIREDO**

**OS USOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO SERVIÇO DE SOM “A VOZ DA  
PREFEITURA DE AROEIRAS” NA GESTÃO DO PREFEITO SEBASTIÃO SOUTO  
MAIOR (1955-1959)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Me. Iordan Queiroz Gomes

**CAMPINA GRANDE  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F475u Figueiredo, Maria Solange de.  
Os usos políticos e sociais do serviço e som "A voz da Prefeitura de Aroeiras" na gestão do prefeito Sebastião Souto Maior ( 1955-1959) [manuscrito] : / Maria Solange de Figueiredo. - 2017.  
35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Jordan Queiroz Gomes, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. História do rádio. 2. História política . 3. Sebastião Souto Maior.

21. ed. CDD 791.44

MARIA SOLANGE DE FIGUEIREDO

OS USOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO SERVIÇO DE SOM “A VOZ DA PREFEITURA DE AROEIRAS” NA GESTÃO DO PREFEITO SEBASTIÃO SOUTO MAIOR (1955-1959)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovada em: 18/10/2017.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Me. Jordan Queiroz Gomes (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A toda a família Figueiredo, em especial meu pai Manoel Figueiredo (*in memoriam*), e a todos que me incentivaram e apoiaram nessa tão sonhada conquista, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

À Deus primeiramente por ter me concedido a graça de realizar o curso tão sonhado de história. Por Ele *ser essencial e* minha vida, autor de meu *destino*, meu *guia*, *socorro presente* na *hora da angústia*.

Ao meu orientador Jordan Queiroz Gomes pelo incentivo nas leituras e sugestões ao longo dessa orientação pela dedicação e atenção.

À minha mãe Socorro Pereira, minha base de tudo, minha guerreira que sempre se preocupou e me incentivou quando me via aflita e estressada no decorrer do curso. À minha irmã Gerlane Figueiredo. A Tia Lucinha, pela compreensão por muitas vezes não está presente nos momentos família.

Ao meu pai Manoel Figueiredo (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sempre senti sua presença ao meu lado, dando-me forças, incentivo e apoio para continuar os estudos.

Aos professores do Curso de graduação de História, em especial a Matusalém, José do Egito e Bruno Gaudêncio que contribuíram por meio de disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB no geral, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe em especial a Thiago Raposo e Jordânia Guimarães e aos demais pelos momentos de amizades e apoio.

“Liguei o rádio. Além dos pensamentos,  
queria outros ruídos no cérebro. Mais  
profanos, menos confusos”

(Caio Fernando Abreu)

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>1 Breve histórico da cidade de Aroeiras - PB .....</b>	<b>10</b>
<b>2 Surgimento do Rádio .....</b>	<b>14</b>
<b>3 Instalação do sistema de radiodifusão: Serviço de Som “A Voz da prefeitura de Aroeiras” .....</b>	<b>20</b>
<b>4 Usos políticos e sociais .....</b>	<b>25</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>31</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>32</b>

## OS USOS POLÍTICOS E SOCIAIS DO SERVIÇO DE SOM “A VOZ DA PREFEITURA DE AROEIRAS” NA GESTÃO DO PREFEITO SEBASTIÃO SOUTO MAIOR (1955-1959)

Maria Solange de Figueiredo<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho problematiza os usos político e sociais da difusora “A voz da prefeitura de Aroeiras” no período que compreende a gestão do prefeito Sebastião Souto Maior (1955-1959) a frente da cidade de Aroeiras – Paraíba. Para tanto, tomaremos como foco a análise de um episódio ocorrido em junho de 1957, envolvendo o então prefeito Sebastião Souto Maior e parte dos membros do legislativo local. O referido episódio originou-se de intrigas políticas provocadas pela transmissão na difusora de uma crítica feita pelo prefeito aos vereadores da cidade, evidenciando o uso desse meio de comunicação e diversão nos jogos que envolveram as representações políticas da época, permitindo entender traços de certa teatralização do poder levadas a cabo pelos líderes políticos do local. Desse modo, do ponto de vista teórico, nos valem das contribuições sobre a História Política apresentadas por Remond, Schwartzberg e Balandier; em diálogo com a noção de representação em Chartier. Metodologicamente, a reunião e leitura indiciária das imagens fotográficas, da literatura que trata do local, bem como dos livros de atas do legislativo, permitiram traçar uma representação narrativa dessa cidade em fragmentos de sua dimensão política e cultural.

**Palavras-Chave:** Sebastião Souto Maior. História do rádio em Aroeiras. Nova História Política.

### INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada nasce do interesse em trabalhar alguma questão ligada à minha terra natal, por entender a necessidade de discutir a história como forma de manter vivo o saber sobre a cidade de Aroeiras. A cidade localiza-se no interior da Paraíba, a pouco mais de cem quilômetros de distância da Capital João Pessoa<sup>2</sup>

O presente trabalho pretende problematizar o uso da radio-difusora *Serviço de Som: A voz da Prefeitura Municipal de Aroeiras*, instalada na cidade de Aroeiras em 1956, como porta voz das ideias do então prefeito Sebastião Souto Maior (1955-1959). Entendo que este

<sup>1</sup> Aluno de Graduação em Licenciatura plena em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. Email: solangefigueiredo22@gmail.com

<sup>2</sup> De acordo com o IBGE, a cidade possui cerca de 19.154 habitantes, distribuídos 374, 697Km<sup>2</sup> de área territorial (urbana e rural), o que corresponde a uma densidade demográfica de cerca de 50, 93 habitantes por quilometro quadrado. Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250130&search=paraiba|aroeiras|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 14 de dezembro de 2017.

se valia desse mecanismo para construir e transmitir representações de si perante a opinião pública e até mesmo para pressionar parte do poder legislativo a tomar alguma decisão favorável ao líder local. Para tanto, optamos por um recorte temporal iniciado em 1953, momento marcado pela emancipação política de Aroeiras, e finalizado em 1959 com o fim da gestão Souto Maior, primeiro prefeito eleito da cidade.

A escolha do recorte temporal justifica-se ainda pelo fato de que analisar os usos sociais e político do sistema de rádio instalado na cidade assumia uma condição simbólica, posto tratar-se do momento em que Aroeiras transformava-se em cidade, desmembrada de Umbuzeiro através da emancipação, precisando apresentar-se enquanto tal. Nesse momento, é possível afirmar que os administradores municipais se esforçaram por tentar dar uma forma urbana a recém-criada cidade, o que implicava, de maneira correlata, fazer um acerto de contas com a história e a memória, mostrando-se enquanto sujeitos envolvidos diretamente em tal projeto. Apresentavam-se como verdadeiros guardiões da memória, cujo *enquadramento* deveria ser estrategicamente controlado.<sup>3</sup>

Para tanto, controlar a opinião pública de modo a fazer um ajuste de memória quanto a representação da operosidade administrativa mostrava-se um imperativo *sine qua non* da existência política desses líderes. Esse parece ter sido o caso de Sebastião Souto Maior, prefeito eleito em 1955 e que, na literatura que tratou da cidade e sua experiência de modernidade, é pensado como um prefeito que se esforçou em dar uma forma urbana a Aroeiras, sendo lembrado como um prefeito operoso, responsável pela edificação de obras de embelezamento a exemplo da Praça Central, hoje Praça Souto Maior.<sup>4</sup>

São poucos os trabalhos que versam sobre a trajetória da cidade de Aroeiras no curso do tempo. Aqui, pode-se destacar os trabalhos de Gomes (2012; 2013), Silva (2014), Andrade (1981; 1984) e das Aroeiras (2003). Para refletir em torno da cidade e das modernidades urbanas, nos valem das contribuições de Aranha (2008). No que se refere as discussões sobre o rádio, utilizamos as reflexões deitadas por Souza (2006) e Freitas (2006).

O desenvolver dessa pesquisa pode contribuir para uma ampliação dos saberes discutidos sobre a cidade de Aroeiras, levando em consideração que pouco se tem escrito sobre os usos do rádio neste lugar. Para alcançar tal objetivo, nos valem das contribuições sobre a Nova História Política apresentadas por René Remond (2003), que compreende a necessidade de dialogar com outras fontes e disciplinas para promover uma leitura política mais apurada sobre determinado período histórico, sendo impossível estudar a vida e

---

<sup>3</sup> Sobre o “enquadramento de memória”, Cf. Pollack (1989).

<sup>4</sup> Acerca das representações criadas sobre Souto Maior na cidade de Aroeiras, conferir Gomes (2012),

influência de determinado político sem levar em consideração as práticas culturais, sociais e econômicas que o cercam.

A noção de condicionamento da opinião pública discutida por Jean-Jacques Becker (2003), que compreende esta como um produto capaz de ser fabricado e que possui a tarefa de condicionar, como a própria palavra já diz, a opinião daqueles que tem acesso aquela informação, compreendendo que a sua eficácia é questionável. Schwartzberg (1978) e Balandier (1982) nos auxiliam no sentido de pensar a teatralização no campo político, compreendendo o político como um ator que busca convencer a plateia de que aquele que eles veem ali no “palco” é a verdadeira representação deste personagem.

Outro conceito importante para nossa pesquisa é o de representação em Chartier: ele compreende as “representações (individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais e iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidade que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2010, p.7). Com isso, nos valem de um emaranhado de conceitos e autores, estabelecendo uma ligação entre a Nova História Cultural e a Nova História Política.

Para realizar tal pesquisa, partimos da análise das Atas da câmara municipal de Aroeiras entre 1955 e 1959, focando-nos em um evento provocado (ou reforçado) pelo uso político da difusora *A voz da Prefeitura de Aroeiras*, envolvendo o prefeito e os vereadores, que aconteceu entre junho e agosto de 1957. Dialogamos também com algumas fotografias, analisando todas as fontes a partir das concepções citadas anteriormente.

Para tanto, nossa pesquisa se divide em quatro tópicos, são eles: *Breve histórico da cidade de Aroeiras – PB*, aonde é desenvolvido uma contextualização histórica do município desde o seu nascimento enquanto distrito até os anos finais da década de 1950, com a gestão do prefeito Sebastião Souto Maior; *O surgimento do Rádio*, aonde é discutido brevemente a trajetória da radiodifusão no Brasil e no mundo; *Instalação do Sistema de radiodifusão*, aonde são problematizados as tensões políticas e sociais em torno da instalação desse meio comunicativo; e *Usos políticos e sociais*, aonde é analisada os usos desse veículo de comunicação para atender aos interesses do então prefeito Sebastião Souto Maior.

## 1 Breve histórico da cidade de Aroeiras – PB

Por volta de 1881, a região correspondente ao atual município de Aroeiras começou a ser povoada. A partir da instalação da casa de farinha pertencente a Antônio Gonçalves – aonde era processada a mandioca plantada na região – e pelo surgimento da Feira Livre - onde eram comercializados os produtos locais. As relações comerciais estabelecidas ali motivaram a fixação de moradores próximo a este local.<sup>5</sup>

Aroeiras emerge enquanto distrito subordinado ao município de Umbuzeiro em 25 de outubro de 1905, pela Lei municipal nº 12. Sua emancipação política só ocorrera em 1 de dezembro de 1953, pela Lei estadual nº 980. Ao tratar sobre isso, a partir da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Gomes (2013) afirma que:

[...] ‘os **habitantes de Aroeiras**, através do que havia de mais representativo na sociedade, se **movimentaram** a fim de conseguir sua emancipação política de Umbuzeiro [...]’ Aroeiras soergue-se diante da Lei número 980 de 02 de dezembro de 1953”. Certamente um ‘jogo de representações’ em que a emancipação aparece como resultado de um desejo coletivo (GOMES, 2013, p.1, grifo do autor).

Desse modo, podemos perceber que a emancipação dessa cidade é ligada ao interesse e ao engajamento de sua população. Além disso, temos também os interesses políticos, não tão evidente na documentação. Os recém munícipes são considerados pela Enciclopédia como os responsáveis por tal evento. Evidentemente, isso agradava a elite local, que, mais do que nunca, poderia exercer sua influência e poder sem a intervenção de lideranças umbuzeirenses.

Faremos agora um movimento retroativo com o objetivo de problematizar as relações de subordinação de Aroeiras com o município de Umbuzeiro. Como já fora dito, esses laços políticos foram estabelecidos em 1905, mas podemos supor que estas remontam a períodos anteriores. Umbuzeiro, mesmo funcionando como centro do município, só consegue estabelecer sua comarca em 1917, com a Lei nº 472 (GOMES, 2012).

Com a Comarca, o povoado de Aroeiras passou a fazer parte da jurisdição de da cidade de Umbuzeiro. O povoado fazia limite com Itabaiana, Ingá e Campina Grande, ligando-se aos principais centros urbanos da região, por estradas carroçáveis ou de rodagens.

---

<sup>5</sup> De acordo com Andrade (1981; 1984) a colonização da terra se deu por volta de 1815, aonde o português Laurentino de Moura Varejão, em meio a uma viagem ao estilo de “Bandeira”, encontrou o local e tomou posse para si, sendo o alvará concedido pelo príncipe D. Pedro I. Após a morte deste homem, os herdeiros iniciaram uma briga judicial pela posse da terra, mas, para além disso, nada se sabe. Após alguns anos temos a chegada dos Barbosa, estabelecendo ligações com outras famílias e promovendo a povoação da região. Passando-se alguns anos, ganha destaque a figura de Antônio Gonçalves, responsável por organizar festas na região.

Dentre elas, destacava-se a rodovia que ligava Itabaiana a Umbuzeiro e que passava pelos povoados de Natuba e Agupaba, como nos apresenta Gomes (2012, p. 57).

Em 1938, um mapa (Figura 1) foi produzido e reproduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em cooperação com o Departamento de Estatística da Paraíba. O documento apresenta a demarcação territorial do município de Umbuzeiro, de sua dimensão, dos limites interestaduais e de suas principais estradas. Conseqüentemente, o município de Aroeiras também foi representado no mapa. O mapa foi aprovado pelo então prefeito Carlos Pessoa e apresenta o povoado como pertencente a Umbuzeiro.

Figura 1 - Mapa do Município de Umbuzeiro



Fonte: GOMES, 2012, p. 58.

No mapa, percebemos as indicações sobre os limites distritais, municipais e estaduais – observada a fronteira entre Paraíba e Pernambuco. O curso do rio Paraíba pode ser observado no centro do mapa, cortando o município ao meio. Tal representação é carregada

de um *capital simbólico*<sup>6</sup> que atribui ao município de Umbuzeiro o status de “líder” de outros povoados e distritos, favorecendo a difusão do poder de sua elite local.

Nessa época, Aroeiras já se apresentava na região como a principal produtora de “algodão crioulo”. O produto era cultivado à margem esquerda do rio Paraíba. Já na margem direita, na fronteira com Pernambuco, empreendia-se a plantação de cereais, algodão herbáceo, mandioca e café. Este último se destaca no distrito de Natuba, cuja produção “cafeeira em 1933 era avaliada em 3 milhões de pés, já produzindo mais de 20.000 sacas” (GOMES, 2012, p. 64).

Epitácio Pessoa, natural de Umbuzeiro, fora presidente da república entre 1919 e 1922. Em seu mandato, destinou uma série de investimentos ao pequeno município. Nesse período, Umbuzeiro recebeu a notícia de que a extensão da linha férrea Recife-Limoeiro chegaria até a cidade devido a um projeto solicitado por Epitácio.

Consta que a estrada de ferro terminaria nas proximidades do sítio Urtiga em Umbuzeiro onde foi construído um marco. Certamente um empreendimento que muito agradaria aos moradores locais, obra esperada com ansiedade, talvez reabrindo o tempo, criando, em um dado presente, expectativas diversas em relação ao futuro. Pois, tratava-se de um empreendimento decantado como ‘uma obra de futuro’, um ‘ponto terminal da estrada de ferro – prolongamento de Limoeiro do Norte’, a ser construído ‘na terra nativa do Grande Brasileiro Epitácio Pessoa’ (GOMES, 2012, p. 66-67).

Tal transporte significava muito para a população, pois era um veículo marcado como símbolo do moderno, responsável por modificar o ritmo e o modo de vida das pessoas. O “progresso” estava a caminho de Umbuzeiro, porém este nunca chegou efetivamente. De acordo com Aranha (2008), é possível pensar em certas sensibilidades em que a relação com o “novo” possa imprimir um olhar sobre a recepção com que muitos antigos moradores mantiveram com os equipamentos, instrumentos e espaços tidos como modernos, “novos” no espaço urbano, palco de determinadas experiências.

Na década de 1930, a cidade Umbuzeiro e alguns distritos, incluindo Aroeiras, já apresentavam alguns traços de modernidade em sua estrutura urbana. A luz elétrica, por exemplo, já estava disponível, em substituição a luz fornecida a gás querosene, responsável pela iluminação pública da cidade. Sabe-se que a primeira era considerada como símbolo do moderno, pois possibilitava uma melhor iluminação do ambiente. Agora, os postes, alinhados

---

<sup>6</sup> É um conceito que discute a quantidade de acúmulo de forças dos agentes em suas posições no campo. O capital simbólico está ligado à honra, ao reconhecimento e corresponde ao conjunto de rituais (Bourdieu, 1998).

as calçadas, passavam a iluminar as ruas da cidade, sendo a usina pertencente a prefeitura da cidade.

Para além da visão modernizante, se faz necessário analisarmos a econômica, conforme fica evidente no jornal *A Imprensa*: “com a inauguração da Luz em Aroeiras, maior incentivo tomará de certo para melhorar o comércio que, no algodão, é leader do Município<sup>7</sup>”.

Gomes apresenta outras conquistas materiais alcançadas por Aroeiras:

Serviços de Correios e Telégrafos (1919), dos Serviços de Rádio Difusão com a chegada dos primeiros aparelhos de rádio (década de 1930) a instalação da luz elétrica (movida a motor – segunda metade da década de 1930 – e a de “Paulo Afonso” inaugurada na década de 1960), a edificação do “muro decorativo para encobrir a pedreira”, dando conformação à praça central de modo a “embelezar” o cenário urbano da nascente cidade – emancipada em 1953 – a construção do clube recreativo aroeirense; a remodelação do mercado público; a conclusão do calçamento da Rua do Comércio (centro da cidade), a construção do calçamento da Rua Epitácio Pessoa, o “emplacamento” das ruas e a construção e “nomeação” do primeiro Grupo Escolar – Major José Barbosa – no perímetro urbano da cidade entre as décadas de 1940 e 1950. Além da aquisição e introdução, nos novos ambientes de sociabilidades, dos primeiros aparelhos de TV, os equipamentos “radiofônicos” e do cinema, instalados em seu ambiente urbano após a emancipação política (GOMES, 2012, p. 15).

Desse modo, podemos perceber que a trajetória de Aroeiras esteve intimamente ligada ao município de Umbuzeiro, a quem ficou subordinada por quase 50 anos. Ao passo que a modernidade chegava em um, acabava tocando a outra. É evidente que a economia provocou transformações neste espaço e que alinhados a fatores políticos, contribuíram para a emancipação política deste lugarejo. De igual maneira, os políticos se apropriaram dos elementos modernizantes para valorizar e difundir sua própria imagem.

Na construção material das cidades, um elemento a se destacar são os espaços de sociabilidades, muitos deles criados para promover o lazer e diversão dos sujeitos. Um bom exemplo desses locais são as praças. Aquelas encontradas no distrito exerciam uma função social extremamente importante. A população reunia-se nesse local para conversar, contar causos, rir, discutir, paquerar, enfim, utilizava-se do espaço para a sociabilidade. Em um período onde locais de divertimento ainda eram muito escassos, as praças serviam como o ponto central do lugar, tornando-se um espaço de sociabilidade.

Estrategicamente, muitos políticos se apropriam deste espaço para se promover publicamente, seja através dos comícios, que geralmente eram feitos nestes espaços centrais, quer seja nos nomes atribuídos a estas, geralmente seguidos da presença do busto do homenageado, que eternizavam determinados homens e em consequência todos aqueles a

---

<sup>7</sup> *A Imprensa*, Jornal Domingo, 31 de junho de 1936. João Pessoa, p. 3.

quem ele esteve ou está ligado (AIRES, 2013)<sup>8</sup>. Outros políticos, como veremos, utilizaram a praça para instalar aparelhos radiofônicos para difundir suas ideias e posicionamentos.

O primeiro rádio, pertencente à prefeitura de Umbuzeiro, chegou a Aroeiras em 1937, quando “[...] a comunidade recebeu do prefeito Carlos Pessoa ‘um aparelho de rádio que repercutiu muito agradavelmente no seio de toda população aroeirense’. Sobre essa conquista, não podemos dizer com segurança que foi realmente festejado por todos” (GOMES, 2012, p. 70). Provavelmente, deve ter causado espanto e/ou admiração em muitas pessoas desse pequeno povoado, levando em consideração a possibilidade de contato entre estes e outros lugares.

Em 1953 Aroeiras emancipa-se politicamente, como já fora dito, assumindo o cargo de prefeito João Evangelista, nomeado pelo então governador José Fernandes Vieira. Em seu curto governo (1953-55), ao que parece, sua única realização foi a compra de um motor novo (a gás) para manutenção da energia. Mesmo antes de se tornar prefeito, Evangelista já era conhecido naquele lugar. Em maio de 1927, criou a Banda Filarmônica Cel. Antônio Pessoa, depois conhecida como 22 de novembro. Ele fora prefeito quatro vezes, três por Umbuzeiro e uma por Aroeiras, evidenciando que os laços políticos entre estes dois municípios não seriam facilmente rompidos.<sup>9</sup>

Em 20 de agosto de 1955 é nomeado o Sr. Trajano Martins de Arruda. Este iniciou a retirada das pedras do local onde posteriormente seria construída a Praça Souto Maior. Para além disso, não existem informações sobre algo de relevante sobre sua gestão de poucos meses.

Nesse mesmo ano, temos a primeira eleição direta do município, sendo eleito o prefeito *Sebastião Souto Maior* candidato da UDN (União Democrática Nacional), cuja gestão durou até 1959. Dentre suas realizações a que mais nos interessa é a compra de uma *rádio difusora*. Para melhor compreender tal discussão, se faz necessário uma análise sobre a trajetória do rádio e a sua importância para as pessoas.

## 2 O surgimento do Rádio

Durante a segunda metade do século XIX, inúmeros cientistas desenvolveram pesquisas que buscavam a criação de um aparelho capaz de substituir o Telégrafo, cuja necessidade de fios e constante manutenção causava certo incômodo em parte da elite

---

<sup>8</sup> O autor desenvolve uma análise sobre o processo de fabricação do político João Pessoa.

<sup>9</sup> Para mais informações ver Dudé das Aroeiras, (2003, p.123).

europeia. Almejava-se o desenvolvimento de um aparelho que fosse capaz de transmitir mensagens sem o uso do fio (RODRIGUES, 2008).

Não existe um consenso quando se trata do verdadeiro criador do rádio. Para alguns, a transmissão de som através de ondas foi descoberta pelo sérvio Nikola Tesla. Para outros, esse sistema foi desenvolvido pelo italiano Guglielme Marconi, que patenteou a descoberta.

A invenção do rádio é creditada ao inventor e cientista italiano Guglielmo Marconi, nascido em 1874 na cidade de Bolonha. Desde menino demonstrando interesse pela Física e Eletricidade, Marconi foi o primeiro a dar explicação prática aos resultados das experiências de laboratório anteriormente realizadas por Heinrich Hertz, Augusto Righi e outros. Pelos resultados dos estudos de Hertz, Marconi concluiu que tais ondas poderiam transmitir mensagens, e, assim, em 1895, fez suas primeiras experiências, com aparelhos rudimentares, na casa de campo de seu pai. Conseguiu fazer chegar alguns impulsos elétricos a mais de um quilômetro de distância. (RODRIGUES, 2008, s/p).

Apenas em 1943, a Suprema Corte dos Estados Unidos intervém no caso e a partir de uma investigação apresenta o fato de que não existe nada na pesquisa de Marconi que não tenha sido feito anteriormente por Tesla. Há também quem atribua essa invenção ao padre brasileiro Roberto Landell. Para nós, a “invenção” do rádio foi uma junção de inúmeras pesquisas, feitas por tantos homens, e não algo criado por um único.

A princípio, as ondas de rádio foram empregadas nos navios por conseguirem estabelecer uma comunicação entre estes e outros navios e até mesmo bases em terra. Todavia, a voz não era transmitida nesse momento, as ondas sonoras transmitiam mensagens através do Código Morse<sup>10</sup>. Estima-se que a primeira transmissão da voz humana via rádio aconteceu em 1906, nos Estados Unidos, pelo pesquisador Lee de Forest. No ano seguinte ele transmitiu programas de música para toda a cidade de Nova Iorque (RODRIGUES, 2008).

No Brasil, a primeira transmissão à distância e sem fios foi realizada em um momento icônico: o centenário da independência do Brasil (1922). O então presidente, Epitácio Pessoa, em meio a presença de ilustres autoridades internacionais, a exemplo do rei Alberto I da Bélgica, na cidade do Rio de Janeiro, apresentou a novidade.

Quando, por interesses econômicos de expansão de mercado e por demanda da Repartição Geral dos Telégrafos para serviços telegráficos, a Westinghouse se propôs a fazer uma demonstração do seu aparato de transmissão, instalando a estação transmissora de 500 w e enviando para isso seu engenheiro, o senhor N. H. Slaughter e seus assistentes Black e Bair, que montaram no alto do Corcovado no Rio de Janeiro, a primeira estação de radiotelefonia do Brasil em colaboração com a Light e com a Cia. Telefônica. Essa estação teve receptores alto-falantes colocados estrategicamente nos recintos da exposição do centenário de independência, pelos quais os visitantes puderam ouvir o pronunciamento do Presidente Epitácio Pessoa

---

<sup>10</sup> É um sistema de transmissão de mensagens através da representação de letras e números por meio de sons curtos e longos.

que a inaugurou. Esses receptores em forma de corneta propiciaram ainda a audição da canção “O aventureiro, da obra, O Guarani”, de Carlos Gomes (FEDERICO, 1982, p. 33 *apud* FERREIRA, 2013, p. 4).

É possível notarmos que Epitácio se apropria do evento de inauguração da primeira transmissão de rádio no país para promover-se publicamente como um político símbolo de modernidade e desenvolvimento. O ato cívico em si, já estava mergulhado em um caráter de promoção política por meio de suas festividades, sendo complementado pela grande novidade.

Entretanto, vale salientar, tal transmissão foi apenas experimental, passando a funcionar regularmente no ano seguinte, graças aos esforços do médio médico Roquette Pinto, que convenceu a Academia Brasileira de Ciências a patrocinar a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, utilizando o prefixo PR1-A (DUARTE, [20??]).

Nesse evento, Epitácio Pessoa anunciara o início da radiodifusão no Brasil, designando a Repartição Geral dos Correios e Telégrafos a responsabilidade pelas transmissões de radiotelefonia e radiotelegrafia. Todavia, apenas seis meses após o anúncio é que a decisão que regulamentava os serviços é homologada, mas esta não exercera um controle efetivo sobre esse meio de comunicação (SAROLDI; MOREIRA, 2005).

Em 1930, a República dos Oligarcas foi derrubada por meio de um golpe de Estado encabeçado pela Aliança Liberal, responsável pela condução de Getúlio Vargas ao poder. No ano seguinte, surgiram manifestações do Poder Público visando o controle sobre a atividade de radiodifusão. O governo percebera a importância desse meio comunicativo, preocupando-se com a sua difusão pelo país. As poucas emissoras existentes no Brasil até 1925 eram agora centenas, espalhadas por todo o país (SAROLDI; MOREIRA, 2005).

No primeiro dia de março de 1932 é aprovado o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional, por meio do decreto 21.111<sup>11</sup>. O decreto possui um total de 109 artigos e estabelece os critérios para funcionamento deste meio de comunicação. Tal documento expõe a percepção de Vargas quanto ao potencial do rádio, necessitando de uma política regulamentasse seu funcionamento. O artigo 69 determina que

O programa nacional é destinado a ser ouvido, ao mesmo tempo, em todo o território do país, em horas determinadas, e versará sobre assuntos educacionais, **de ordem política**, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística, obedecendo à orientação que for estabelecida de acordo com o disposto neste regulamento (DECRETO Nº 21.111, DE 1º DE MARÇO DE 1932, grifo nosso).

---

<sup>11</sup> Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932. Texto completo disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

O termo grifado nos apresenta algo curioso: é a única parte de todo documento que faz referência a “política”. Todavia, na prática, a radiocomunicação foi utilizada pelo presidente Vargas como uma ferramenta ideológica do Estado. Em 1935 é criada *A Hora do Brasil*, também conhecida como *A Voz do Brasil*, programa de rádio oficial do Estado e que, até hoje, vai ao ar entre às 19h00 e 20h00. Obrigatoriamente, o programa é transmitido por todas as rádios do país. No momento de sua criação, o objetivo deste era provocar um aumento da popularidade de Getúlio Vargas, aonde “se transmitia uma programação centrada nas “realizações políticas” de seu governo” (CAPELATO, 1999, p. 64).

Gomes (2015), analisa como Vargas inventou uma tradição do trabalhismo no Brasil através das ondas do rádio. Evidenciando como este político se apropriou deste meio de comunicação para a promoção de sua figura perante a sociedade brasileira. Sua imagem como líder máximo da nação e representante do povo brasileiro era assim construída, provocando admiração das pessoas que identificavam o presidente como alguém se preocupava e que, inclusive, falava com eles através dos aparelhos de rádio. Desse modo, podemos perceber que Vargas, sendo imitado por outros políticos brasileiros, utilizava o rádio para criar representações de si. Vargas construiu uma imagem sobre si, ela não era falsa nem verdadeira, mas apenas uma das tantas facetas de seu eu. Todavia, era a representação do herói nacional que ele queria perpetuar.

O rádio é um instrumento importante para aqueles que pretendem controlar os jogos flutuantes da memória, demarcando a fronteira entre o lembrar e o esquecer, isto é, aqueles que conscientemente se mostram como guardiões da memória. Vargas, assim como outros, manipulava a confecção de uma imagem pública, criando representações e enquadrando memórias em torno daquilo que ele queria ou como queria ser lembrado.<sup>12</sup>

Ainda em 1934, com a outorga de uma nova constituição, Getúlio Vargas, eleito indiretamente presidente do Brasil, institui o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que estabelecia um rígido controle sobre os conteúdos das transmissões. Esse departamento estava intimamente ligado ao presidente, executando aquilo que fosse de seu interesse. Sobre o tema Capelato escreve:

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública

---

<sup>12</sup> Pollack (1989) analisa de que modo as memórias subterrâneas, aquela que é produzida no seio das populações marginalizadas, contrapõe-se ao discurso produzido pelas classes “dominantes”, aonde a memória oficial promove uma violência física e/ou simbólica com as classes “dominadas”, pois esta silencia a voz daqueles que estão sob os tentáculos do poder. Nessas relações de poder, há-se um enquadramento da memória desses grupos minoritários a partir dos interesses de sua elite dominante.

sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira (CAPELATO, 1999, p. 172).

Esse movimento feito pelo governo varguista não era algo novo. Na Europa, Benito Mussolini e Adolf Hitler já haviam incorporado o rádio como aparelho ideológico do Estado. Circulavam pelas rádios italianas e alemãs apenas aquilo que fosse do interesse de seus governantes. O controle estatal sobre os meios de comunicação garantia o apoio popular e a supressão de opiniões opositoras, fortalecendo os regimes e permitindo sua expansão (CAPELATO, 1999).

Em 1938, as transmissões dos jogos da Copa do Mundo na França fizeram o Brasil parar. O rádio ganha força e se consolida ainda mais como um aparelho de comunicação de massa, atingindo praticamente todas as esferas da sociedade brasileira. Até mesmo os mais pobres tinham contato com as transmissões, graças aos alto-falantes instalados em lugares públicos ou a outras maneiras, levando em consideração a própria propagação do som (SAROLDI; MOREIRA, 2005).

Nesse mesmo período, o país se rendia ao jornalismo radiofônico que informava sobre a possibilidade de guerra na Europa. As notícias do outro lado do mundo chegavam com maior velocidade, informando a todos sobre os assuntos ligados a política global. Tal jornalismo foi muito utilizado para transmitir as informações sobre o conflito, anos depois. O rádio jornal mais famoso do período era o *Repórter Esso*, lançado pela Rádio Nacional e que ia ao ar na voz de Heron Domingues<sup>13</sup>.

O informativo deveria ir ao ar em cinco edições diárias de cinco minutos cada uma, às 8 horas da manhã, 12h55min, 17h55min, às 20 horas e 22h55min, além das edições dominicais das 12h55min e às 19h50min, sempre com sua tradicional vinheta de abertura, sendo completamente redigido conforme normas específicas do seu manual de redação. O *Repórter Esso* não só revolucionou o radiojornalismo brasileiro com sua periodicidade, mas criou um modo próprio de se escrever e falar no rádio. Seria observado o uso de frases curtas, intercaladas com frases médias. As notícias igualmente não podiam ser muito longas, que ultrapassassem a oito linhas. O informativo também não fazia comentário sobre as notícias e sempre fornecia as fontes dos fatos relatados (CARVALHO, 2007, p.3).

Nesse mesmo ano era transmitida a primeira radionovela brasileira, *Em Busca da Felicidade*, também pela Rádio Nacional no Rio de Janeiro, que ficou em cartaz de 1941 a 1943. Era um programa destinado a mulheres como fica evidente em sua vinheta<sup>14</sup>: “**senhoras** e **senhoritas**, a Rádio Nacional no Rio de Janeiro apresenta *Em Busca da Felicidade*”. Todavia, isso não quer dizer que não era acompanhada por homens. Tal inovação

<sup>13</sup>Romeu Fernandez assumiu inicialmente esse papel, mas foi com Heron que o personagem se consolidou

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y82nh4xER-g>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

revolucionou a radiodifusão, pois estabeleceu um público que faria de tudo para não perder o próximo episódio.

Tal configuração (telenovela, radiojornalismo e programas musicais) se perduraram pelas décadas seguintes, somando-se, a partir de 1959, a corrida em busca de reportagens feitas ao vivo e nas ruas, tornando esse meio mais dinâmico e próximo ao seu público (CARVALHO, 2007).

Parte dessa programação chegava até cidades do interior, pois eram gravadas e vendidas a outras rádios ou difusoras espalhadas pelo país. No que se refere a cidade de Campina Grande na década de 1950, Freitas (2006) observou em sua pesquisa que parte da programação da rádio Tupi, pertencente a Assis Chateaubriand, chegava até a Rádio Borborema, sua filial nesta cidade. Podendo-se perceber que as relações estabelecidas entre as várias rádios e difusoras pelo país eram bastante dinâmicas.

De acordo com a autora supracitada, as primeiras transmissões radiofônicas aconteceram em Campina Grande por volta dos anos 1930, trazendo informações sobre a Segunda Guerra Mundial. Várias difusoras “rivalizavam” o alcance de sua influência por meio de vários alto-falantes espalhados, principalmente, pelo centro da cidade. Em 08 de dezembro de 1949 a primeira rádio foi inaugurada na cidade, denominada Rádio Borborema. Seguindo o ritmo das principais rádios do país, a Rádio Borborema transmitiu parte de sua programação para outras rádios e difusoras espalhadas pelo interior paraibano, possivelmente alcançando Aroeiras, objeto estudado aqui.

Para Souza (2006, p. 24-25), ao tratar do rádio na cidade de Campina Grande, “talvez o rádio tenha sido o mais democrático dos aparelhos de comunicação de massa já colocado à disposição do ser humano”, pois, deve-se observar que, “independente da configuração ideológica que pudesse ter as suas informações, ele atingia a ricos e pobres, indistintamente, ajudando cada um a elaborar e reelaborar as informações ali veiculadas”. Isso devido ao seu alcance, ao contrário do jornal escrito que só podia ser acessado mediante presença de certo “letramento e hábitos de leitura”. Completa que “o rádio conseguia passar suas informações apenas através da voz, podendo ser encontrado em qualquer lugar”.

A reflexão apresentada por Souza (2006), nos permite refletir em torno das configurações desse meio de comunicação de massa. O rádio conseguia alcançar um público muito mais amplo de pessoas que outras fontes de informação do período, pois as barreiras do analfabetismo não impediam a decodificação das informações por ali transmitidas.

Não nos prolongaremos mais sobre a história do rádio no Brasil, pois o que foi apresentado já serve de suporte para refletirmos os próximos capítulos. É válido, entretanto,

percebermos como a rádio se consolidou em ambiente nacional e foi ganhando forma nas cidades do interior como um meio de comunicação e diversão muito importante e isso não passou despercebido aos olhares de seus governantes, que não cansaram de intervir nas programações das rádios sobre suas influências, como veremos a seguir.

### **3 Instalação do sistema de radiodifusão: Serviço de Som “A Voz da prefeitura de Aroeiras”**

A história do rádio brasileiro é marcada por diversos momentos de mudanças e transformações, algumas delas foram determinadas pela necessidade do veículo acompanhar as transformações políticas, econômica-mercadológicas, sociais e também de incorporar novas tecnologias ou de adaptar-se aos novos contextos trazidos pelas inovações tecnológicas.

O primeiro rádio, pertencente à prefeitura de Umbuzeiro, chega a Aroeiras em 1937, como já fora dito. Todavia, a primeira difusora local só foi instalada em 1956, quando esta já era uma cidade, sob o nome *Serviço de Som: A voz da prefeitura de Aroeiras*. Abaixo podemos observar um trecho da Ata que registra a sessão ordinária aonde é solicitado pela prefeitura a disponibilização e recursos para a compra de um aparelho de transmissão radiofônica:

Projeto de Lei nº 6 - abertura de crédito especial a Câmara Municipal de Aroeiras. Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Aroeiras autorizado a abrir um Crédito Especial no total de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) para a construção de um Mercado Público e indenização do Terreno onde o mesmo vai ocupar e o outro de **Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) para aquisição de um aparelho de rádio Transmissão e um motor para fornecer energia elétrica para o referido aparelho.**<sup>15</sup>

Desse projeto, apenas a aquisição do aparelho de radiodifusão e do motor aconteceu. A construção de um novo Mercado Público ficou apenas no papel. Todavia, Dudé de Aroeiras (2003) afirma que este prefeito foi responsável por uma reforma no antigo mercado. Algo deve ter acontecido para a não concretização do mesmo, mas não cabe aqui tal discussão. Sabe-se, entretanto, que após a emancipação política de Aroeiras, uma série de medidas foram tomadas pelas autoridades locais com a finalidade de modernizar e desenvolver a cidade (GOMES, 2012). Pode-se reconhecer, nesse sentido, que o pedido registrado na Ata faz parte da política modernizante executada pela prefeitura.

---

<sup>15</sup> Ata da Sessão Ordinária do dia 02 de outubro de 1956, p. 34, grifo nosso.

Gomes (2012) e Da silva (2014) observaram que Aroeiras, entre as décadas de 1950 e 1960, assumia uma forma urbana que não anulava seus traços rurais. É uma característica que marca o processo de modernização deste espaço: ao mesmo tempo que o “novo” (urbano) é planejado e executado, o “velho” (rural) sobrevive, adaptando-se a novas formas que garantiam a sua permanência perante as rupturas. Todavia, é importante pontuarmos que essa relação não era harmoniosa, mas sim marcada por intensos conflitos.

Retornando a discussão sobre a difusora, é importante percebermos que ela foi considerada marcante para a cidade, pois se destacou como um meio de comunicação símbolo de “progresso” para a cidade, bastante atrativo para as pessoas da época. O serviço difusor foi colocado no mercado público sob os cuidados do Senhor Antônio de Barros, então delegado de polícia da cidade. O registro da ata do legislativo não nos oferece maiores detalhes sobre o equipamento que seria adquirido pelo então prefeito Sebastião Souto Maior. Contudo, como ocorria em outras cidades, o *aparelho de rádio (rádio) a transmissão e o motor para fornecer energia elétrica para o referido aparelho*, eram itens que faziam parte de um engenhoso sistema de transmissão usado para propagar as ondas de rádio pela cidade, além de ser usado para propagação de informações diversas aos moradores da cidade.

Geralmente, tal sistema apresentava características que se assemelhavam em algumas experiências que conseguimos analisar, a exemplo da presença do “Alto-Falando”, como aquele que existia na cidade de Umbuzeiro onde fora instalado na década de 1930, conforme análise de Gomes (2012). Nesse caso, o rádio fora conectado a um “possante alto-falante”, instalado em praça pública e que servia para propagar as ondas do rádio em uma experiência extensiva a todos os moradores locais que se dispusesse nas proximidades das ruas centrais.

No mesmo período, a cidade de Santa Rita, nas proximidades da capital do Estado, fez aquisição de outro sistema difusor cujas características acreditamos ser bem próximas ao instalado em Umbuzeiro e em Aroeiras na década de 1950. Naquela cidade, o sistema contou com o aparelho de rádio conectado a alto-falantes, amplificadores, vitrola e um microfone, itens que auxiliavam no sucesso do empreendimento, isto é, levar divertimento e informação aos moradores locais. Em ambos os casos, interessante notar que a instalação desses equipamentos foi vista como sinal de modernização, momento que os moradores locais passavam a se conectar com o mundo exterior. De maneira correlata, a memória dos prefeitos responsáveis por tamanha melhoria ficou atrelada a imagem de verdadeiros realizadores.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Em Umbuzeiro, o prefeito responsável pela instalação do sistema radiofônico foi Carlos Pessoa que fora registrado como um *benfeitor*, esforçado em melhorar o município. Cf. A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 13 de fevereiro de 1937. Já em Santa Rita, o prefeito responsável por tamanho melhoramento, noticiado como sendo

No caso de Aroeiras, ainda em 18 de dezembro de 1956, o Prefeito Sebastião Souto Maior envia um projeto à Câmara solicitando a

[...] elevação de crédito de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) para Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) para compra de um motor que deve servir ao rádio-fonia transmissor receptor e para pagar aluguel para da casa que há de servir de residência para o funcionário que irá lidar com o referido aparelho e gratificação para o mesmo aparelho.<sup>17</sup>

Analisando o conteúdo do projeto, é de se supor que na ocasião o aparelho de rádio bem como o sistema de difusão, composto por alto-falantes e demais apetrechos, já haviam sido adquiridos. Nesse caso, o seu esforço estava concentrado em criar um ambiente dotado de condições para instalação do referido sistema. O aluguel da casa, bem como a destinação de uma verba para a sua manutenção indica como o prefeito estava envolvido em seu projeto de trazer divertimento e informação aos aroeirenses. Podemos supor que a compra do motor seria necessária por conta do alto consumo de energia dos aparelhos utilizados pela difusora. Isso gerava a necessidade de um motor próprio que atendesse, exclusivamente, as necessidades daquele serviço. Daí, ao analisarmos o referido documento, podemos perceber a preocupação do prefeito com os mínimos detalhes, até mesmo a residência do locutor seria custeada com dinheiro público.

Se o registro de atas não detalhou, analisando-se os exemplos acima, é possível perceber indícios desse sistema de transmissão fixado em outra fonte, a saber, o registro fotográfico. Observemos a fotografia a seguir:

---

dotado de “espírito progressista”, foi Flávio Maroja Filho, interventor nomeado por Argemiro de Figueiredo. Cf. *A Imprensa*, Jornal, João Pessoa, s/d. 1938.

<sup>17</sup> Ata da Sessão Ordinária do dia 18 de dezembro de 1956, p. 40.

Figura 2 - Centro da cidade de aroeiras na década de 1960



Fonte: Gomes, 2012, p. 163

Podemos supor que a fotografia 2 é da década de 1960 por conta da fiação elétrica de “Paulo Afonso” já fazer parte da paisagem da cidade. Anterior a esse período, a distribuição de energia na em aroeiras era feita a motor. Quando o relógio soava às 22:00 horas, o serviço era desligado, obedecendo às normas de funcionamento (GOMES, 2012). Essa situação perdura até 1963, quando a cidade passa a receber energia elétrica diretamente da hidrelétrica de Paulo Afonso.

A imagem apresenta sinais de modernização da cidade. Observa-se isso ao lado direito aonde podemos visualizar a obra que encobriu a pedreira, fazendo parte da construção da praça central, sugestivamente, nomeada Praça Sebastião Souto Maior. Sobre esta, a historiadora Aparecida Barbosa afirma:

Construída pelo então prefeito Sebastião Souto Maior (1955-1959), primeiro prefeito constitucional do município, a praça fora edificada, sem dúvida, para ser um local atraente. Responsável por encobrir a pedreira, essa edificação virou um novo espaço de sociabilidade, que sediaría encontros, passeios, namoros e momentos de diversão. Era um novo espaço de lazer que começou a ser experimentado ao longo

da década de 1960. A partir de então, a praça sediaria muitas vivências dos moradores do município de Aroeiras (Da Silva, 2014, p. 38).

Funcionava como o principal local de sociabilidade daquela pequena cidade, encurtando laços e promovendo conversas e divertimentos. Neste espaço, todas as tardes eram montadas a difusora móvel. Em seu centro existia uma cabine onde ficava um locutor para fazer o programa da tarde, transmitidos para vários pontos da cidade.

Do lado esquerdo da fotografia, percebemos a presença de alto-falante, sinal de um sistema difusor que funcionava naquelas mediações. Daí, podemos observar alguns moradores locais se amontoando na calçada, se escondendo da luz solar ou reunidos ali, certamente, para escutar alguma notícia por meio do alto-falante instalado no poste. Sobre este último elemento, vale a pena comentar que este transmitia sons que podiam ser escutados por todos, sem distinções sociais. É provável que este sistema fosse aquele proposto e instalado por Sebastião Souto Maior, ainda presente na cidade na década de 1960. Caso seja, Souto Maior conseguiu instalar o seu referido sistema de rádio em um lugar estratégico, em frente à praça pública, local de encontros e sociabilidades. Provavelmente, este sistema de alto-falantes em lugares públicos fora utilizado por várias outras cidades, não configurando uma peculiaridade de Aroeiras.

No que se refere a instalação dos alto-falantes, no final da década de 1930 e começo de 1940, as primeiras difusoras da cidade de Campina Grande seguiram técnicas semelhantes ao procurar pelos locais centrais e de muita movimentação – a exemplo da Feira Central e da Praça da Bandeira – como nos apresenta Freitas (2006). Segundo a autora:

Este tipo de serviço de som ampliou-se na década de 1940 através da difusora *A voz de Campina Grande*. A mais famosa prestadora de serviços nessa área, comandada pelo cearense José Jataí. Instalada no centro da cidade, mais precisamente no segundo andar do Edifício Esial, na Praça da Bandeira. A difusora tinha quase tudo que o rádio viria a oferecer posteriormente. Com seus alto-falantes instalados na sacada do Edifício Esial, estendendo-se às ruas João Pessoa, Maciel Pinheiro, esquina com Semeão Leal e na Feira Central, no edifício conhecido como Pau do Meio. Foi sem dúvida, o primeiro órgão de comunicação da cidade (Freitas, 2006, p. 126).

Levando em consideração todos os esforços empenhados pela prefeitura para a compra do aparelho de radiodifusão, podemos supor que havia algum interesse por trás de tal movimento. Diante disso, surge o seguinte questionamento: de que maneira essa difusora instalada em 1956 foi utilizada? Tal questão norteará o item a seguir.

#### 4 Usos políticos e sociais

As transmissões radiofônicas provocavam a concentração de pessoas com a intenção escutar uma notícia importante ou até mesmo para dançar. O locutor colocava um disco de vinil e os jovens da época transformavam aquele espaço da praça em baile de rua. Muita diversão acontecia, principalmente nos finais de semana, pois a difusora ficava ligada por mais tempo.

Gomes (2012, p.225) entrevistou o Sr. José Guedes, morador local, a respeito dos atrativos e divertimentos de Aroeiras nas décadas de 1940 e 1950, antes da construção da Praça. Para o entrevistado,

[...] a vida da turma era serenata nesse balde do açude... ali era a noite todinha ali num faltava violão e os caba cantando musica e tomando cana. Tinha de tudo... aqui no balde, num tinha Praça não na época era pedra. Depois da praça... Lá na praça era forró toda noite... Era bem iluminada, os banco bem feito, é porque quebraro tudo mai ali era bom demais. Muita mulé... As mulé tudim a noite era lá a rapaziada tudim, muita gente. Era só o som era uma radiola bem grandona bem grande era os disco daqueles disco grande era musica a noite todinha e o forró pelo meio do mundo. Era bom demais Aroeira era muito animada.

Podemos observar alguns elementos em sua fala: as festas eram uma constante na vida dos aroeirenses. A música se fazia presente e provocava aglutinações sociais, se tornando símbolo de divertimento para aquelas pessoas. Se estas se divertiam utilizando radiola “bem grandona”, aonde colocavam-se os discos, imaginemos então o que acontecia quando as pessoas se reuniam na praça para conversar e as músicas transmitidas pela difusora começavam a tocar?

A difusora *A voz da prefeitura de Aroeiras* também prestava serviços de utilidade pública, como nota falecimento, convites para as festas que aconteciam na cidade, anunciavam corridas de argolinha<sup>18</sup>, entre outros. O período áureo das vaquejadas em aroeiras, sobretudo no centro da cidade, foi na década de 1940, quando inclusive não existia calçamento no centro, como nos apresenta Gomes (2012). Segundo o autor, há evidências materiais que – fotografias – que evidenciam isso. Tal festa/prática esportiva prolongou-se pelos anos seguintes e que provavelmente foram divulgados pelos alto-falantes espalhados pela cidade. De igual modo, podemos pensar no uso desse meio para divulgar a realização das festividades religiosas.

Outro ponto de destaque era a utilização deste como um veículo para a “paqueira”, por meio dos recadinhos de amor, pois era o único meio de comunicação da cidade no período.

---

<sup>18</sup> Competição que é considerada um esporte no interior do Nordeste que pode ser praticada com jegues ou cavalos. Esporte esse que fazia parte da cultura de Aroeiras.

Prática muito comum, segundo Luiz Antonio Marcuschi (2002). Os recadinhos podiam ser em forma de músicas, versos e poesias que alguém mandava para seu pretendente. Foi através deste meio de comunicação que muitos namoros e casamentos, possivelmente, aconteceram na cidade.

Sabendo da influência exercida por este meio de comunicação em outros lugares, o prefeito da época Sebastião Souto Maior (1955-1959) mandou a câmara um projeto pedindo dinheiro para a compra e instalação de uma rádio difusora na cidade, como já fora dito. Este político pretendia se apropriar desse equipamento para fazer uso político e assim promover sua imagem.

Em sua gestão algumas realizações se destacam: reforma do Mercado Público, a construção da Praça Souto Maior, do Grupo Chã de Barra, do Açude de Jucazinho, do Cemitério de Chã de Barra, da cisterna do Mercado Público, do Depósito para apreensão de animais, da Biblioteca José Rezende de Melo e a *compra de uma rádio difusora* (DE AROEIRAS, 2003).

Sebastião Souto Maior, como nos apresenta Gomes (2012), ficou conhecido como um prefeito “operoso”, isto é, alguém que muito fez muito por Aroeiras. Talvez residisse nesse ponto seu interesse por instalar o rádio e usá-lo para promoção de sua imagem enquanto um administrador operoso, de visão adiantada e afeito a modernizar a cidade. Seria Souto maior um personagem também interessado em controlar a memória? Em enquadrá-la como fizeram outros políticos em épocas próximas?

Em 29 de novembro de 1955 é instalada a Primeira Câmara Municipal com a seguinte constituição: *Presidente* – Pedro Paulo de Andrade; *Vice* – Antônio Pedro dos Santos; *1º secretário* – Silvino Fernandes de Moura; *2º Secretário* – João de Brito Lira, todos da UDN. O Partido Social Democrático (PSD) elegeu: Antônio Tavares de Lira, Manoel Siqueira Luna (Neco Luca) e Olegário Herculano do Nascimento (DE ANDRADE, 1981; 1984).

Vale a pena situar historicamente estes dois partidos citados acima. O PSD<sup>19</sup> foi fundado em 1945 por políticos que tinham atuado como interventores durante o Estado Novo (1937-1945), sendo muito próximo ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB<sup>20</sup>), fundado por Getúlio Vargas no mesmo ano. A UDN<sup>21</sup>, rival dos dois partidos citados, também foi fundada em 1945 por políticos contrários as ideias do ex-presidente Vargas. Todavia, contrariando as

---

<sup>19</sup> Para mais informações, acessar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

<sup>20</sup> Para mais informações, acessar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

<sup>21</sup> Para mais informações, acessar: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

expectativas, durante o período de atuação dos partidos (1945-1965) houveram alianças entre esses três partidos em esferas estaduais e municipais. No caso de Aroeiras, é importante observarmos que o prefeito e metade dos vereadores eram ligados a UDN, enquanto a outra metade ao PSD. Mesmo assim, alianças foram estabelecidas, como podemos observar com a aprovação, praticamente, de todos os projetos enviados pelo executivo ao legislativo.

Voltado a questão do sistema rádio difusor, é certo que na década de 1960 o sistema já estava funcionando. Nesse sentido, há indícios que apontam para o fato de que o serviço de som tinha um propósito preestabelecido mesmo antes da sua chegada a Aroeiras. O prefeito almejava, como sugere a documentação, utilizar esse meio como instrumento de promoção do poder público. O serviço de som estava voltado, também, para *teatralização do poder*, aonde o político da oposição não tinha espaço, construindo uma nova representação do líder do executivo através de mecanismos teatrais que o transformavam em um verdadeiro ator<sup>22</sup>, sob a tentativa de condicionar<sup>23</sup> a opinião pública em torno daquilo que era de seu interesse.

O Sociólogo Balandier, em seus estudos sobre as encenações do poder, observa que o político “transforma todo um povo numa multidão de figurantes fascinados pelo drama em que o mestre absoluto do poder os enreda” (BALANDIER, 1982, p. 23), visando mais o efeito do que a informação, procurando estabelecer influências duráveis com os governados.

Outro aspecto a se destacar da obra de Balandier (1982, p. 23) é que no jogo do poder, os personagens políticos também jogam com as ocasiões, mostrando-se como predisposto transformar em vantagens para si as ameaças daqueles que compõem a sua antítese, a sua oposição. Para o autor, compõem-se como astúcias dos personagens políticos “converter essas ameaças em vantagens”, neste caso, figura como uma espécie de lei apontar que o desvio “provoca a vergonha, a culpabilidade aos próprios olhos e a censura aos olhos dos outros”. Submeter os opositores ao ridículo, promover *lutas verbais*, confusões que tendem a perceber a oposição de imagens em meio a opinião pública, incitar constrangimentos, faz-se como aspectos de um comportamento teatralizado, precioso à projeção política de determinados personagens políticos.

Os indícios apontam que Souto Maior, vez por outra, recorria ao rádio para expor ao público suas obras e pretensões para o futuro de Aroeiras. Mostrava-se, portanto, um político atento a negociação de sua memória, disposto a ser reconhecido pelos aroeirenses como um prefeito que trabalhou por aroeiras naquele contexto.

---

<sup>22</sup> Para melhor compreender a concepção de teatralização do poder, ler Schwartzberg (1978).

<sup>23</sup> Sobre a noção de condicionamento, ler Becker (2003).

A termo de exemplo, observemos um evento registrado na Ata da Câmara Municipal no dia 25 de junho de 1957 (p. 60)<sup>24</sup>, o vereador Manuel Siqueira Luna do PSD requer a palavra no expediente do dia da sessão e exterioriza que teria ficado até “magoado com o anúncio que o Sr. Prefeito mandou passar em microfone dessa cidade; que o Sr. Prefeito não podia interpretar mal dos vereadores do PSD” já que “todos os projetos mencionados foram aprovados”. Subentendesse que a atitude do prefeito era um manifesto de cobrança em termos de atraso na entrega de algum projeto para a Sessão ou até mesmo uma crítica a posicionamentos contrários desse ou daquele vereador de oposição.

Podemos observar ainda na Ata, além do pronunciamento do vereador Manuel Siqueira Luna, um requerimento de “protesto” apresentado pelo vereador Silvino Fernandes de Moura contra as atitudes do prefeito. Ao que parece, Souto Maior visitou a Casa na sessão anterior, possivelmente para acompanhar o andamento dos trabalhos e dos tramites de projetos de seu interesse. Acontece que nessa visita, por algum motivo, Souto Maior se mostrou exaltado e com palavras furiosas, faltou com o respeito aos vereadores da Casa. Observemos o registro do protesto na íntegra:

Sr. presidente. Requeiro que faça constar em ata, veemente protesto contra a atitude tomada pelo prefeito da cidade, no encerramento da última sessão realizada no dia 15 do corrente [junho de 1957], quando o mesmo, através de palavras injuriosas, faltou com o acatamento e ao respeito a todos os vereadores de Aroeiras, tratando-os com irreverencia afrontando-os de uma maneira publica e notória, inclusive irrogando contra a dignidade de todos e de cada um a pecha infamante de vereadores safados e outras ofensas que atingiram a própria honorabilidade familiar dos membros deste legislativo. S. S. em 25 de julho de 1957. Silvino Fernandes de Moura – Vereador.<sup>25</sup>

Seria essa uma tentativa da oposição de deslegitimar a imagem do prefeito? Ou seria uma revolta perante um acontecimento que feriu a dignidade daqueles que faziam tudo o que fora pedido pelo prefeito? O que se sabe é que a secretária por algum motivo ocultou da Ata do dia 15 de junho o relato sobre tal evento. Mas por que ela fez isso? A princípio, talvez seja importante notar que o episódio em tela se volvia as disputas políticas de ordem partidária, posto que Souto Maior, prefeito eleito pela UDN e apoiado por Carlos Pessoa Filho, mostrava-sepositor ao grupo do PSD, liderados a nível estadual por Roberto Pessoa, tio de Carlos Pessoa Filho, e representados a nível local pelos vereadores envolvidos no episódio.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> Conferir Ata da Sessão Ordinária em 25 de junho de 1957, p. 60.

<sup>25</sup> Ata da Sessão Ordinária em 25 de junho de 1957, p. 60-1.

<sup>26</sup> Sobre as disputas políticas que envolveram o PSD e a UDN em Aroeiras, bem como a disputa interna ocorrida na família Pessoa no contexto da emancipação política de Aroeiras, ver Gomes (2012).

Certamente esse episódio foi noticiado por meio dos serviços de radiofonia expondo a versão do prefeito. Pedro Paulo, líder da bancada de situação, tentou explicar os atos de pronunciamento do prefeito. Segundo ele “o anuncio do Sr. Prefeito foi apenas, que até aquela data os projetos de Lei não tinham chegado as mãos dêle para serem sancionados, nos quais era incluído o da verba para energia elétrica”<sup>27</sup>. Para o vereador da situação, tudo não passava de um mal-entendido. A falta de informação teria sido a responsável por uma visão deturpada do prefeito em relação aos trabalhos da Casa.

Nessa sessão, surge a presença de Sr. José de Sousa Santos<sup>28</sup> que na assistência, tenta tomar parte dos trabalhos da Casa, sendo interrompido por membros da situação que utilizaram artigos do regimento interno. Na Ata do dia 25 temos o seguinte registro:

[...] o Sr. Presidente vei ao plenário esclarecer que o projeto de Lei nº 15/57 tinha sido aprovado em 2ª discussão; mais insinuado pelo Sr. José de Sousa Santos o Sr. Presidente pediu que fosse novamente para discussão o pordeto de Lei nº 15/57. O Sr José de Sousa Santos que permanecia na assistência se aproximou ao plenário e veio dizer que o Sr. Presidente por não estar prático nas funções tinha aprovado e que êle estava a explicar. Pediu a palavra o vereador Pedro Paulo de Andrade e protestou contra a explicação que não permitia e nem o regimento, qualquer pessoa sem ser membro deste legislativo vir dar opinião, nem vir interromper no momento em que a câmara funciona.<sup>29</sup>

O vereador Pedro Paulo retirou-se do recinto após, segundo a ata do mesmo dia, ser ofendido e ameaçado pelo filho de José de Sousa. O episódio rendeu algumas das sessões posteriores, fazendo com que membros do PSD repudiassem o comportamento do prefeito enquanto os partidários da UDN condenavam as ações de Severino Santos. O resultado desse embate foi a demissão da Sra. Maria do Carmo Carvalho da secretaria da Casa, que exercia a função de redigir o andamento das sessões em Ata. Esta fora demitida a pedido de membros do Legislativo sob a acusação de que ela havia ocultado na Ata fatos ocorridos nessa Sessão em detrimento do destaque dado a outros, como por exemplo, a justificativa de Pedro Paulo de Andrade.

A Sra. Maria redigira em Ata que o requerimento do vereador Silvino Fernandes havia sido rejeitado pela casa, todavia, ele tinha sido aprovado. Tal comportamento, segundo a oposição, caracterizava uma adulteração das ocorrências, favorecendo uma parte da causa em detrimento da outra. No momento, foi requerido a alteração da Ata para constar as versões das duas partes. As letras das páginas seguintes do livro de registros do legislativo (ATA) mudam

---

<sup>27</sup> Ata da Sessão Ordinária em 25 de junho de 1957, p. 60.

<sup>28</sup> Severino Santo (PSD) fora o candidato a prefeito, apoiado por Roberto Pessoa, contra Sebastião Souto Maior que foi apoiado por Carlos Pessoa Filho.

<sup>29</sup> Ata da Sessão Ordinária em 25 de junho de 1957, p. 61.

de formato<sup>30</sup>. Nessa mesma sessão (27 de junho), o vereador Manoel Siqueira Luna tece alguns comentários contra o registro de tal evento na ata do dia 25 de junho:

[...] a atitude tomada pela diretora de ter indebitamente feito constar em ata, o ridículo protesto do Sr. Pedro Paulo de Andrade, quanto a interferência do Sr. José de Souza Santos nos trabalhos da mesa. O Sr. José de Souza Santos, não interferiu nos trabalhos do plenário e sim, verificando a falta de compreensão, mutivada pela agitação de nervos e que no momento ara vítima o Sr. Presidente, dado as alegações facosismas e adulteradas do Sr. Pedro Paulo de Andrade, e que, num gesto bem intencionado, pediu e obteve, da mesa, para explicar como o fez, que o projeto de Lei nº 15/57<sup>31</sup>, o qual teve a segunda votação prejudicada em face a emenda apresentada e aprovada, par força de lei, tinha que ser submetido a 2ª discussão.<sup>32</sup>

Visivelmente, os registros elaborados pela Sra. Maria apresentavam certo partidarismo. Favorecendo políticos da situação, ocultando eventos e adulterando acontecimentos, como fora dito pelo Sr. Manoel Siqueira. Acreditamos que o verdadeiro precursor do conflito tenha se dado pela divulgação da versão do prefeito através da rádio difusora, colocando em dúvida a honra e a conduta dos membros da assembleia legislativa municipal perante todo o município.

Não sabemos ao certo qual a versão correta dos fatos (se algo assim existir), o que se sabe ao certo é que ali estava em jogo uma série de representações do poder, os vereadores da situação lutavam para a construção de uma memória [registrada em ata] que os colocasse enquanto vítimas das atitudes do prefeito. Do mesmo modo, os vereadores da situação tentavam justificar as atitudes de Souto Maior, mudando o foco dos eventos para a intervenção do Sr. José de Sousa.

Com este caso, podemos dizer com certa segurança que o serviço de radiodifusão da cidade funcionava como palco para encenações e divulgação de ideais políticos do poder executivo, funcionando como um importante mecanismo de propaganda a serviço do prefeito e de seus aliados. O controle sobre este meio de comunicação, como já fora visto no segundo tópico de nossa discussão, influenciava formação da opinião pública, graças ao status de “veracidade” das notícias ali apresentadas.

---

<sup>30</sup> Conferir Ata da Sessão ordinária de 27 de junho de 1957, p. 60 -61.

<sup>31</sup> O projeto de Lei visava a destinação de verba para a aquisição de uma caminhonete e a sua consequente despesa. Conferir Ata da Sessão ordinária de 17 de junho de 1957, p. 59.

<sup>32</sup> Ata da Sessão ordinária de 27 de junho de 1957, p. 66.

Certamente a difusora era um equipamento que, para além dos interesses pessoais, de uso da prefeitura, fazia agradar aos moradores da rua Central e aqueles que por ela passavam. Podemos imaginar que as “vozes” que saiam pelos alto-falantes, geralmente noticiando alguma notícia de utilidade pública a mando do prefeito, faziam com que alguns moradores, ao estarem nas proximidades da Praça ou da Rua do Comércio, se sentissem atraídos por aquela sonoridade. Ou mesmo as canções que se faziam ecoar pelas proximidades desse espaço, de modo a promover um novo aspecto sonoro naquela parte da cidade. Aos poucos, nas proximidades da praça, os sons mudavam e, cremos, de algum modo tais mudanças eram captadas sensivelmente, naturalizando estes sentidos. Todavia, se a notícia viesse a ferir algum daqueles antigos moradores, a situação seria outra, como fora visto no evento discutido.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O rádio, como bem observamos, exercera um papel fundamental em várias sociedades espalhadas pelo globo, caracterizando-se como um meio de diversão e informação. Para além disso, servia também aos interesses da elite política de cada localidade que, sob o controle desses meios, erguiam fortificações em torno de sua imagem pública. No teatro do poder, os políticos agiam (agem) como verdadeiros artistas, imbuídos de convencer o seu público (os eleitores), exercendo uma influência sobre a opinião pública de modo a ser possível utilizar isso em proveito próprio. Sendo importante lembrar que é impossível estudar a vida e influência de determinado político sem levar em consideração as práticas culturais, sociais e econômicas que o cercam (REMOND, 2003).

Desse modo, podemos perceber que o prefeito Sebastião Souto Maior utilizou o aparelho de radiodifusão para seu benefício próprio, engrandecendo sua figura política, e para atacar ou cobrar algo de outros políticos. Percebera-se também que este meio comunicativo era fonte de diversão e informação para os moradores de Aroeiras, aonde até mesmo os populares poderiam decodificar os códigos transmitidos por aquele meio. A distribuição de alto-falantes pela cidade de certa forma democratizava o acesso ao rádio, ao mesmo tempo que garantia que “voz do prefeito” alcançasse os ouvidos da maioria da população.

Os usos sociais da Difusora evidenciaram que apesar dos interesses políticos, a população sabia utilizar aquele meio a seu favor, quer seja mandando uma declaração de amor ou dançando as músicas que eram tocadas por ela. Sua localização estratégica na Praça Central, local de concentração de pessoas nos momentos de lazer e diversão, garantia maior

eficácia do consumo. Sua mobilidade garantia sua instalação em qualquer ponto da cidade, partindo na maioria das vezes, como podemos supor, do interesse da prefeitura.

## LOS USOS POLÍTICOS Y SOCIALES DEL SERVICIO DE SONIDO “A VOZ DA PREFEITURA DE AROEIRAS” EN LA GESTIÓN DEL PREFECTO SEBASTIÃO SOUTO MAIOR (1955-1959)

### RESUMÉN

El presente trabajo problematiza los usos políticos y sociales de la difusora "A voz da prefeitura de Aroeiras" en el período que comprende la gestión del alcalde Sebastião Souto Maior (1955-1959) al frente de la ciudad de Aroeiras - Paraíba. Para ello, tomaremos como foco el análisis de un episodio ocurrido en junio de 1957, involucrando al entonces alcalde Sebastião Souto Maior y parte de los miembros del legislativo local. El referido episodio se originó de intrigas políticas provocadas por la transmisión en la difusora de una crítica hecha por el alcalde a los concejales de la ciudad, evidenciando el uso de ese medio de comunicación y diversión en los juegos que involucraron las representaciones políticas de la época, permitiendo entender rasgos de cierta teatralización del poder llevados a cabo por los líderes políticos del lugar. De este modo, desde el punto de vista teórico, nos valemos de las contribuciones sobre la Historia Política presentadas por Remond, Schwartzberg y Balandier; en diálogo con la noción de representación en Chartier. Metodológicamente, la reunión y lectura indiciaria de las imágenes fotográficas, de la literatura que trata del local, así como de los libros de actas del legislativo, permitieron trazar una representación narrativa de esa ciudad en fragmentos de su dimensión política y cultural.

**Palabras Clave:** Sebastião Souto Mayor. Historia de la radio en Aroeiras. Nueva Historia Política.

### REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: Batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945).** – Campina Grande: EDUFPG, 2013

ARANHA, Gervácio Batista. Da vida pública noturna nas cidades do norte brasileiro: recepção ao teatro e ao cinema na passagem do Século XIX para o Século XX. In. Ariús. **Revista de Ciências Humanas e Artes.** ISSN 0103-9253. V. 14, n. 1/2, jan./dez., 2008, p. 103-118.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** [Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura]. Brasília: Ed. 1982.

BECKER, Jean-Jacques. **Por uma história política,** v. 1, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. [Tradução de Fernando Tomaz]. Rio de Janeiro, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-179.

CARVALHO, Leonardo Morato de. Repórter ESSO – Testemunha ocular da história paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30. 2007, Santos. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos: Editora da INTERCOM, 2007, p. 1-14.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. [Tradução de Cristina Antunes].- 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DA PAIXÃO FERREIRA, Andreia. A invenção do rádio: um importante instrumento no contexto da disseminação da informação e do entretenimento. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação-ISSN 2237-6658**, v. 3, n. 1, 2013.

DA SILVA, Aparecida Barbosa. **Tecendo memórias**: relatos sobre as reformas dos espaços na cidade de Aroeiras-PB (1970-1990). Campina Grande: UFCG, 2014 (Dissertação de mestrado em História).

DAS AROEIRAS, Dudé. **Pedras de Riachos**. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 174.

DE ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua História**. Campina Grande: Editora e Gráfica Santa Fé LTDA, 1981.

. **Aroeiras sua Origem**. A UNIÃO Cia. Editora, 1984.

DUARTE, Adriana. **Roquette-Pinto e a rádio sociedade do Rio de Janeiro**. 2008. (Tese de Doutorado).

FREITAS, Goreti Maria Sampaio de. A trajetória histórica da radiofonia campinense: do alto-falante ao FM In: **História da Mídia Regional: o rádio em Campina Grande**. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães; FREITAS, Goreti Maria Sampaio de. Campina Grande, PB; EDUFCG/EDUEP, 2006

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora FGV, 2015.

Gomes, Iordan Queiroz. **Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)**. Campina Grande: UFCG, 2012 (Dissertação de mestrado em História).

\_\_\_\_\_. Revisitando lugares e reinventando caminhos: Aroeiras entre a cidade que se tinha e a urbes que se queria ter (1950-1960). In: SEMANA NACIONAL DE HISTÓRIA – CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27. 2013. Natal. **Anais da XXVII Semana Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: Editora da UFRN, 2013, p. 1-17.

MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, v. 20, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RÉMOND, René et al. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Kelly de Conti. O Rádio e a adaptação à nova era das tecnologias da comunicação e informação: contextos, produção e consumo. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9. 2013. Ouro Preto. **Anais do 9º Encontro de História da Mídia**. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2013, p. 1-15.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional, o Brasil em sintonia**. Zahar, 2005.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. O Mundo que se houve e o mundo que se vê: O rádio e os auditórios em Campina Grande. In: **História da Mídia Regional: o rádio em Campina Grande**. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa; OLIVEIRA, Flavianny Guimarães; FREITAS, Goreti Maria Sampaio de. Campina Grande, PB; EDUFMG/EDUEP, 2006.